

O natural e o social na crise ambiental. Reflexões sobre a relação sociedade-natureza

JODIVAL MAURICIO DA COSTA¹✉ & PATRICIA RICHETTI²

1 Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil.

2 Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

[Palavras-chave: crise da natureza, valores, assimetria, cultura] - [Keywords: crisis of nature, values, asymmetry, culture]

A produção da assimetria sociedade-natureza

Quando os ocidentais chegaram às terras da América do Sul e se depararam com os povos nativos os acusaram de fabricarem seus próprios deuses - de produzirem fetiches. *Pari passu*, os acusadores também traziam, em seus objetos religiosos e técnicos, representações de suas crenças (Latour 2002).

O alcance dessa breve exposição do encontro dos mundos nos permite pensar que os humanos criam para si uma representação da realidade, e tal representação é tanto abstrata quanto concreta - não existe forma de materialização que não possua com o simbólico uma estreita relação. Nesse entendimento, aquilo em que os povos cultivam como crença não é apenas um produto das suas mentes, mas um efeito das relações que constroem através da interação social (Latour 2002). Kosik (1976) referindo-se a essa dimensão da cultura, também expressa que a realidade do simbólico existe, antes de qualquer coisa, por nascer da relação social, o que a torna concreta. Assim, a cultura tem, portanto, uma sociabilidade e uma espacialidade, uma vez que se concretiza em formas espaciais que são frutos da vida e que, ao mesmo tempo, dá suporte a essa.

Algo que podemos conceber, a partir dessa ideia é que o mundo que uma dada sociedade constrói como realidade concreta é a mesma relação que produz sua base cultural, no sentido de que o simbólico constitui com o concreto uma estreita imbricação. Dito de outra forma, a realidade concreta do mundo, incluindo sua materialidade técnica encontra sentido nas relações sociais.

Por ser uma construção social, o mundo como materialidade não deve ser tratado fenômeno absoluto, assim como os conceitos criados para representar tal realidade e que se tornam, em certo sentido, a própria realidade, também não deve ser tomados fora da realidade espaço-temporal das relações sociais. No tocante ao conceito de natureza, concebemos que qualquer afirmativa nessa acepção pode ser vista como desenho de um repertório amplo de outras imagens e normas sociais, assim como dos discursos.

O contexto em que uma dada realidade de natureza se constrói, não fica apenas no plano das ideias, pois os homens e as mulheres materializam em formas espaciais a relação que produzem com a natureza, que não se descolam das relações que esses homens e

✉ Universidade de São Paulo. Rua Alfredo Mendes da Silva, 395, BL A5, apto 142, CEP 05525-00 - São Paulo-SP, Brasil.
jodival.costa@usp.br

Recibido: 28 de febrero de 2011; Fin de arbitraje: 24 de mayo de 2011; Revisión recibida: 7 de junio de 2011; Aceptado: 23 de agosto de 2011

mulheres produzem entre si. Isso implica que a existência da sociedade e da natureza não se constituiu como externalidade, mas através de um processo de hibridização.

A natureza, pensada como ente ontológico, intrínseco aos processos naturais, é anterior à espécie humana e tal espécie também se constitui como natureza nesse sentido; assim como a da natureza em si mesma, continua existindo. Destarte, quando dizemos que a natureza é uma produção social não estamos falando de uma natureza não-natural em oposição a esta produzida pelos homens e mulheres, mas que a forma de apreensão dessa natureza tem seu sentido nas relações que as diferentes sociedades constroem entre si e, portanto, com a natureza.

Nesse aspecto, nossa tese é de que sempre que uma dada forma de representação do mundo, de construção de uma realidade sofre eventos que a transforma; tal transformação pode desembocar, também, na concepção que se tem dos seus semelhantes; dos objetos construídos para a satisfação das necessidades materiais e culturais; bem como dos elementos apreendidos como forma de desenvolvimento de um dado modo de produção - o que inclui, também, a produção da riqueza e sua acumulação em processos sociais desiguais. Isso implica na consideração de que diferentes formas de relações sociais construíram formas diversas de relação com a natureza, de forma que no trato histórico da ideia de natureza - podemos falar de naturezas. Assim, junto com a "crise" da mentalidade medieval européia, no seio da qual se desenvolve a sociedade moderna, um sentido de natureza também entrou em crise e outro passou a se constituir como simbologia e se materializou no espaço da modernidade.

Assim, o entendimento de natureza como concebemos aqui passa por alguma forma de apropriação, seja ela político-econômica ou cultural-espiritual como dimensão dominante. No trato do material-cultural, sabemos que para algo ser representado necessita estar integrado ao sistema de significação humano para fazer parte de um universo de sentido. No processo de significação vemos uma

coisa só é valor pela sua socialização. Todo objeto integrado nas relações sociais carrega consigo uma relação de significação, que passa a representar uma convenção cultural, onde se manifestam as produções de sentido de dada sociedade, em dado tempo e espaço.

Nessa acepção, as sociedades produzem objetos representativos da natureza. Os campos de relações que viabilizam que os objetos sejam produzidos são, sempre, técnicos e políticos se considerarmos que o processo de apropriação e apreensão da natureza implica, no sentido tomado aqui, em alguma forma de utilização dos recursos a partir de uma função empregada a esses (Raffestin 1993). É a técnica da política que produz os objetos técnicos, situá-los fora do campo dessa produção cultural seria emprestar à técnica e à ciência um estatuto de independência que elas não têm.

Assim, a transformação da natureza nos objetos concretizados socioespacialmente se torna natural nas relações sociais. Tal processo ocorre por intermediação dos discursos que, tenham ou não a finalidade da dominação acaba por legitimar a produção científica sem questionar os processos político-econômicos que a produz. Dito de outra forma, se os objetos acabam por ganhar naturalidade nas relações sociais, tornando-se próteses dos sujeitos; o mesmo não acontece quanto ao seu processo de construção. Isso porque, no plano das relações sociais tal produção aparece como algo distante da dimensão social; como se os objetos produzidos a partir de uma transformação da natureza e que tal sociedade utiliza não fosse criada por essa própria sociedade e não se constituísse numa espécie de intermédio das relações humanas e nas relações humanas (Latour 1995, 2000, 2004, 2006).

Foi discutido por diversos autores que o período anterior ao advento do mundo moderno é marcado por uma relação menos degradante da natureza pela humanidade (Santos 1999; Porto-Gonçalves 1989) e, por isso, não nos ateremos a discutir essas questões. Assim, concentramos nossa abordagem na ideia desenvolvida por Latour (1994), de que

o processo que levou a uma transformação intensa da natureza a partir da modernidade também operou uma separação entre o natural e o social a partir do período moderno.

O componente material do espaço é cada vez mais resultado da interação “natural” e “artificial”, pois os meios de transformação da “natureza” pela ciência é um dado revolucionário a partir desse período, uma vez que altera-se cada vez mais as propriedades da matéria para produzir objetos em laboratórios. E, nesse aspecto, à hibridização sociedade-natureza como valor e representação se juntam os objetos híbridos produzidos pela ciência/através dessa transformação cada vez mais acelerada da natureza, e que pela forma como que foram socializados também ganharam um certo estatuto de naturalização.

Enfatizando nosso entendimento quanto a produção de tal assimetria, reiteramos que as intervenções da modernidade não se tratam apenas da intervenção na natureza “natural” e, sim, na própria natureza social, pois é da produção de outra natureza que se trata, divergente e conflitante com aquela produzida no meio natural. É o meio natural como sentido de organização socioambiental que será alterado. Nesse aspecto, a transformação do meio natural em meio técnico não se trata, somente, das intervenções nos recursos da natureza, mas é principalmente o resultado das transformações feitas no sentido de relações sociais. Então, produz-se uma nova natureza porque se desenvolve uma nova relação entre os homens. A relação homem-homem e, inclusive, o que é o próprio homem sofre mudanças para o período moderno.

Produz-se um espaço mecanizado, mas também cria-se o divórcio entre o social e o natural. Claro que, essa ideia que punha de um lado as coisas da natureza e do outro as coisas da sociedade, assim como também de um lado as coisas da ciência e do outro as coisas da política nunca representaram, de fato, uma separação, já que a ciência nunca foi neutra. Quando a modernidade desenvolve o sentido de natureza-recurso, que serve em essencial para oferecer a matéria da produção dos

objetos técnicos está, com isso, introduzindo um novo conceito de natureza.

Esse conceito moderno de natureza está diretamente relacionado a uma metamorfose nas relações sociais, política e econômicas. Se por meio de uma constituição moderna, como afirma Latour (1995), operou-se a assimetria entre o natural e o social, entre os objetos técnicos e a natureza; também é importante relacionar que as relações sociais sofrem esse processo de fragmentação, uma vez que um importante culto ao individualismo, ao isolamento do homem e a busca pela satisfação individual; expressa uma nova mentalidade; que era resultado de um longo processo de transição. Não é apenas a natureza que sofre a transformação, ganhando um estatuto de recurso cuja função é a geração da riqueza; a natureza humana também se transforma nessa nova cultura relacional.

A natureza da crise da natureza

Enrique Leff, um dos maiores expoentes da literatura sobre a crise ambiental tem como argumento a tese de que o que denominamos de crise ambiental (crise da natureza) é muito mais complexo do que a visão míope que direciona a questão unicamente para a escassez dos recursos existentes (Leff 2001, 2006a, 2006b). Para o autor, a crise é do saber ambiental produzido, chamando a atenção para a necessidade de um tratamento epistemológico da crise.

Carlos Walter Porto-Gonçalves, também dedica especial atenção a essa discussão da separação entre a crise ambiental e a forma de pensar a natureza e a sociedade. Questiona, inclusive, a crença hoje bastante difundida de uma solução técnica para as questões ambientais que põe em risco a existência humana (Porto-Gonçalves 2006). Não se trata de negligenciar a importância das técnicas nesse problema, mas justamente de negar que a questão trata-se de uma intervenção técnica na natureza, nos chamados ponto críticos, como solução.

Na mesma linha do questionamento das ações e pensamentos fragmentados e fragmentadores, Bruno Latour aborda a temática da crise da natureza com questionamentos acerca do tratamento das questões ambientais pela ciência e pela política. Ciência e política (incluindo aí os interesses econômicos) constituem na visão do autor, o meio pelo qual se produz os objetos que compõem a materialidade técnica da presente sociedade. Assim, uma discussão política da natureza não pode acontecer simplesmente pela junção das duas palavras, sem que o processo de hibridação seja de fato apreendido como dimensão complexa (Latour 2004, 2006). Apenas a junção dos termos política e natureza não é suficiente para acabar com a assimetria, pois pode-se permanecer focando ora na natureza ora na política, sem construção simétrica. Por isso, continuam as intervenções técnicas na natureza para solucionar problemas que são, principalmente, uma questão de valor, híbridos de natureza e cultura.

A crise da natureza é um fato. Mas, se existe crise da natureza, do que se trata? A crise dos recursos naturais não é um obstáculo que surge como externalidade do modelo, para barrá-lo, ela é uma contradição gerada pelo próprio modelo, que só apareceu há mais ou menos quatro décadas como problema. O que queremos dizer com isso é que desde o início do modelo urbano industrial atual, os recursos utilizados começaram a ser um problema, uma vez que pela sua natureza não ilimitada, já se iniciava o processo do esgotamento. Então, como definir o início da crise? É lúcido, nesse caso, pensar que ela surge quando o modelo assim a concebe, a sente imbricada no processo produtivo. Os recursos naturais permanecem como sempre foram na natureza, porque ai eles não se explicam pela quantidade existente, nem pela qualidade que os homens atribuem a eles, estes são pela própria dinâmica dos processos da natureza - que estamos distante de conhecer. Ser inesgotável ou esgotável é um estatuto social.

Assim, tanto o sentido de esgotável e não-renovável quanto de inesgotável e renovável, encontram seu significado quando pensados

como função social, e as funções são produzidas historicamente e em contextos diferenciados, assim como as necessidades que elas buscam satisfazer também são. Isso não significa negar necessidades que o ser humano tenha justamente pela condição de ser humano ou de tornar-se humanidade num sentido universal do termo, como natural e social, têm; mas estamos falando de produção de estímulos, aguçamento de desejos - dispositivos de realização cultural e material. Isso significa, de acordo com os autores aqui discutidos, em especial Bruno Latour, que não podemos concentrar o estudo só na natureza para entendê-la, nem só na sociedade; e sim na relação que constroem os homens com a natureza, porque a natureza está no homem tanto quanto o homem está na natureza.

Nessa concepção, a problemática da crise da natureza que se apresenta no momento atual nos leva a pensar na emergência da discussão de qual é a natureza da crise. O desequilíbrio ambiental existe, a natureza apresenta-se com uma degradação intensa de sua existência como ente complexo. Mas a crise a qual vivemos, como sociedade imersa na dinâmica da natureza é de natureza social, no sentido da relação intra-sociedade e desta com a natureza. Pelo tratamento que se dá à questão ambiental pelas instituições políticas, considerando a forma da legislação, uma vez que estas não servem somente para regular a relação homem-homem, mas também a relação homem-natureza (em especial em sua forma recurso), ou melhor, homem-recurso-homem, uma vez que o próprio recurso se torna meio de existência dos modelos desenvolvidos. Por isso, como escreve Latour (2000, 2001), é difícil entendermos as assimetrias se não encontrarmos uma porta de entrada. Não há caminho trilhado para a porta certa, mas tememos pela que ora nos apresenta os portadores das soluções para crise ambiental, como intervenção técnica.

No sentido como entendemos a crise ambiental, defendemos que o atual modelo de desenvolvimento absorveu a crise de tal forma que a transformou, hoje, no sentido de existência do próprio modelo. O fato de estarmos lidando com recursos que são

escassos para a humanidade, faz com que as práticas mais valorizadas sejam aquelas direcionadas para a boa administração desses recursos de modo que eles garantam reprodução do modelo e, ao mesmo tempo, sejam portadoras de uma sustentabilidade ambiental. Becker (2006) e Harvey (2004) chamam a atenção para as reservas de capital natural como uma das estratégias geopolíticas do século XXI. Dito de outra forma, trata-se de produzir os meios para viver na crise, administrá-la, mas sem pensar em ruptura do modelo urbano-industrial que a produziu, nem se é possível uma outra forma de relação com a natureza - uma outra natureza, assim como, *pari passu*, outra sociedade. Os novos valores produzidos, que são de natureza comportamental no trato dos recursos, são direcionados para a crise.

Para não-concluir

Nossas considerações apontam que a crise da natureza não é um fenômeno do nosso tempo, ela ocorreu em vários momentos da história dos homens em que um novo sentido e função de relação entre estes (os homens) e destes com a natureza se tornou determinante como realidade a ordenar as ações sociais em relação a sentidos e funções vigentes. Dito de outra forma, os períodos históricos que se caracterizaram como formas peculiares de relação entre os homens também se constituíram como forma de relação entre esses e a natureza; e o nosso entendimento é que, sempre que aquilo que move os homens a constituírem uma dada forma de relação cedeu lugar a um novo modo de pensar e agir socialmente, também significou mudanças na concepção natureza.

Assim, as crises que proporcionaram o surgimento de novos períodos sociais - novas concepções de homem, de sociedade, de economia, de política; também significaram novas concepções de natureza, se entendermos que não tem como separar o social e o natural, assim como também não dá pra dissociar a forma de como os homens produzem a si

mesmos como sujeitos sociais do significado que a natureza ocupa nessa relação.

Sobre o período atual, entendemos que o tratamento da crise assumido pelas instituições político-econômicas e pela propagação dos alardeados "negócios sustentáveis, mercado verde" não traz a busca de superação de uma mentalidade, da produção cultural da realidade; mas está direcionado diretamente para o uso da natureza enquanto recurso, mantendo a mesma concepção de relações sociais existente, ou seja, da sociedade urbano-industrial. Nesse aspecto, apresenta-se a técnica como solução porque parte-se do pressuposto que é preciso agir nas partes afetadas pelo uso exacerbado. Por isso questionamos o caráter de crise do período, em que os mecanismos produzidos para a solução são, de acordo com nossa tese, dispositivos de administração da crise - de forma que a essência e prática contraditória do modelo não seja o objeto da mudança.

Não obstante, se por um lado o que vem sendo discutido sobre a crise não abre a possibilidade de existência de outra sociedade, de outra natureza; a crise, pensada como um evento social, político e econômico, sim. O mais marcante de um evento não é o seu acontecer como fato histórico, mas a potencialidade que ele carrega para acontecimentos dentro do acontecimento. Em outras palavras, o mais importante de um evento é o que ele representa como potência, o surgimento de novos devires. Reportarmos-nos a Hannah Arendt (2009) para expressar que pela própria dinâmica da sociedade, em que cada ser é capaz de produzir o novo - é sempre possível esperar milagres. O milagre como a ação que transforma a potência em transformação.

REFERÊNCIAS

- ARENDR, H. 2009. *A Promessa da Política; organização e introdução de Jerome Kohn*. Tradução Pedro Jorgensen Jr. 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel.
- DELUZE, G. 1990. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- LEFF, E. 2001. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de

- Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petropolis, RJ: Vozes.
- LEFF, E. 2006a. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza; tradução Luis Carlos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LEFF, E. 2006b. *Epistemologia Ambiental*. Tradução de Sandra Valenzuela. 4ª ed. São Paulo: Cortez.
- LATOUR, B. 1995. *Jamais Fomos Modernos*. Tradução de Aurélio Guerra Neto. São Paulo: Ed 34.
- LATOUR, B. 2000. *Ciência em Ação: Como seguir cientista e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP.
- LATOUR, B. 2001. *A Esperança de Pandora: ensaio sobre a realidade dos estudos científicos*; tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru, SP: EDUSC.
- LATOUR, B. 2002. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fetiches*; tradução de Sandra Moreira. Bauru, SP: EDUSC.
- LATOUR, B. 2004. *Políticas da natureza: Como fazer ciência na democracia*. Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: Edusc.
- HARVEY, D. 2005. *O novo imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 1ª Ed. São Paulo: Edições Loyola.
- KOSIK, K. 1976. *Dialética do Concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toribio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PORTO-GONÇALVES, CW. 1989. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto.
- PORTO-GONÇALVES, CW. 2006. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.